

Produtividade agrícola, planeamento e a cultura do trabalho em Moçambique

Bridget O’Laughlin

Introdução: planificação, produtividade e cultura do trabalho

Uma preocupação do Plano Quinquenal do Governo (PQG) é o aumento da produtividade na agricultura, incluindo tanto a familiar como a comercial especializada. Embora tenha havido particular incidência nas dimensões sociais da pobreza nos anos que se seguiram à assinatura do Acordo de Paz em 1994, a tónica da política e planificação de desenvolvimento em Moçambique voltou a ser o combate à pobreza através do aumento da produção e da produtividade. O sinal desta mudança no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) e no PQG 2010-2014 foi a associação do combate à pobreza com a promoção de “uma cultura do trabalho”; este *slogan* deveria orientar tanto o desenvolvimento económico, como o humano e social. Ao longo dos anos, a expressão “promover uma cultura do trabalho”, especialmente nas zonas rurais, tornou-se um bordão do discurso da política de desenvolvimento em Moçambique, embora a sua importância tenha diminuído significativamente no PQG 2015.¹

Apesar disso, o presente trabalho volta à crítica do conceito, iniciada por Chichava (2009), por duas razões: em primeiro lugar, porque, em pesquisa rural recente para o IESE, ouvimos a expressão usada frequentemente na linguagem do dia-a-dia por gestores de empresas e líderes sindicais, e também por funcionários do Governo; em segundo lugar, porque incorpora pressupostos sobre a natureza dos obstáculos à produtividade na agricultura rural e sobre a sua relação com a pobreza rural que são ao mesmo tempo incorrectos e prejudiciais. No artigo discute-se, primeiro, a forma como o conceito de “cultura do trabalho” tem sido usado recentemente em Moçambique, com base em documentos de políticas e exemplos de pesquisa rural. Mostra-se como o conceito está relacionado com as afirmações, também frequentemente repetidas, de que, em Moçambique, os camponeses são “produtores de subsistência” que participam no mercado de forma

1 Aparece agora como parte de uma acção prioritária (impulsionar e consolidar o diálogo social e a cultura do trabalho) incluída num objectivo estratégico (promover o emprego, a legalidade laboral e a segurança social) da Prioridade III (promover o emprego e melhorar a produtividade e a competitividade).

apenas periférica ou que lhes falta iniciativa. Discutem-se, em seguida, os diversos significados de produtividade do trabalho na agricultura, com particular enfoque na agricultura capitalista. Defende-se que a produtividade do trabalho é determinada por resultados colectivos e não pelo esforço individual. Em seguida, discute-se como o conceito do camponês preguiçoso reflecte a organização da mão-de-obra e do investimento, tanto no período colonial como no período socialista, e por que razão os pressupostos que lhe subjazem vêm confundir as discussões da produtividade laboral na agricultura actual.

A cultura do trabalho: o camponês preguiçoso, o produtor tradicional de subsistência e a mentalidade de dependência

Em sentido estrito, a proposição de que os trabalhadores agrícolas moçambicanos não têm uma cultura do trabalho não é teoricamente defensável em termos de ciências sociais. Todos têm uma cultura do trabalho; ou seja, a maneira como as pessoas trabalham reflecte as normas e as representações culturais relativamente ao trabalho. As pessoas, em geral, também têm concepções sobre a forma como os outros trabalham. Mesmo quando há representações culturais partilhadas no interior de uma sociedade, estas podem ser interpretadas de forma diferente por diferentes grupos sociais. Então, para desconstruir a proposição de que a produtividade agrícola é posta em causa pela ausência de uma cultura do trabalho, temos primeiro de perguntar quem está a falar, o que quer dizer com uma cultura do trabalho e que provas apresenta para ilustrar a sua ausência. Isto é de particular importância neste caso, porque só ouvimos o termo usado por pessoas em posições de autoridade, não por aqueles que são assim descritos. Não romantizamos as formas “tradicionais” de fazer agricultura, nem partimos do princípio de que outras formas de trabalho não possam ser mais produtivas. Nem supomos, por outro lado, que a defesa do lazer deva estar subordinada ao aumento da produtividade do trabalho. Apenas insistimos num princípio metodológico — é preciso localizar sociologicamente o que as pessoas dizem sobre como elas próprias e os outros trabalham.

Quando se afirma que os camponeses moçambicanos não têm uma cultura do trabalho, usa-se geralmente a expressão de modo pejorativo e muitas vezes relacionadas com formas de pensar “tradicionais”, mas a proposição cobre um leque ambíguo de significados. Há quem afirme que muitos moçambicanos, particularmente os das zonas rurais, não gostam de trabalho árduo, que são preguiçosos ou indisciplinados no modo como trabalham e que não estão habituados às condições do trabalho assalariado. Se têm emprego, chegam tarde, quando chegam, e saem cedo. Como tem sido observado por críticos, a proposição

de que “os africanos não têm uma cultura do trabalho”² é uma reminiscência de velhos estereótipos amplamente utilizados no mundo colonial, e não apenas em Moçambique, para explicar conflitos de trabalho nas plantações (Alatas, 1977).

A ausência de uma cultura do trabalho continua, de facto, a ser usada para explicar conflitos laborais actuais. Ao reflectir sobre queixas dos trabalhadores no Niassa, um relatório de consultoria feito por doadores (PEM Consult, 2011: 29) afirmava o que também ouvimos muitas vezes no Niassa:

A queixa da carga de trabalho tem muito a ver com o facto de a maior parte dos trabalhadores ter pela primeira vez um contrato de trabalho remunerado. Por isso, é um desafio ganhar o hábito de ter um horário fixo de trabalho, em vez de poder planificar o seu próprio trabalho como no caso do trabalho da machamba.

Ao fazermos pesquisa para o IESE no Niassa, ouvimos essas explicações dadas por administradores de plantações para explicar os conflitos que tinham com os trabalhadores. Queixavam-se de absentismo dos trabalhadores, que atribuíam à importância dada a longas cerimónias funerárias na cultura tradicional do Niassa. Os representantes sindicais concordavam, mas diziam que o problema estava a diminuir desde que tinham falado com os trabalhadores sobre como as práticas são diferentes num trabalho assalariado regular. Os gestores diziam que os trabalhadores se queixavam de mudanças de ferramentas e processos de trabalho que aumentavam a produtividade, porque não gostam de trabalhar muito e não estavam dispostos a trabalhar um dia inteiro. Os representantes sindicais concordavam que as novas metas pareciam razoáveis. Os trabalhadores diziam que, de facto, tiravam folgas tanto para funerais como para doenças de familiares, mas que os seus contratos não lhes garantiam um vencimento mensal regular — havia meses em que não tinham trabalho. Os problemas de absentismo estavam a diminuir porque as plantações já não estavam a contratar, dado que as florestas estavam já estabelecidas. Diziam também que as novas tarefas permitiam às empresas contratar menos trabalhadores alargando o dia de trabalho; alguns tinham de trabalhar no dia seguinte para receberem um só dia de trabalho. Outros afirmavam que poderiam cumprir a meta, mas que não tinham força física suficiente para o fazer todos os dias da semana. Os trabalhadores não são necessariamente uma fonte mais fiável do que os gestores, mas o que dizem não se baseia na “tradição”; descrevem a actual natureza do trabalho nas plantações florestais. A expressão “não têm uma cultura do trabalho” pertencia à administração e era usada nas explicações dos maus resultados económicos das

2 Esta proposição tem sido atribuída, talvez apocripamente, a Mo Ibrahim, o maior empresário africano de informática, que, supostamente, fez esta afirmação no decorrer de uma visita a Moçambique em 2008. Disponível em: <https://globalvoices.org/2010/08/15/mozambique-discussing-culture-of-work-in-africa/> (consultado a 7 de Dezembro de 2015).

plantações florestais, cujas empresas de exploração estavam, em grande número, a abandonar a província.

Um segundo significado de “não ter cultura do trabalho” é considerar os camponeses como sendo produtores de subsistência que só se mantêm num trabalho assalariado o tempo suficiente, ou só produzem excedentes agrícolas suficientes, para comprar alguns objectos de consumo cobiçados. Esta ideia de que os camponeses vivem eternamente fora do mercado, como sempre fizeram, é outro estereótipo colonial que ainda hoje permanece amplamente divulgado. A teoria da curva reversa da oferta de mão-de-obra era a sua expressão teórica. O campesinato é tratado como grupo homogéneo, sem nenhum reconhecimento de diferenciação, da importância nas comunidades rurais de trocas laborais assentes na jorna paga nem da dependência da participação no mercado para a reprodução de meios de subsistência rurais. O Ministério da Agricultura é realmente um dos principais reprodutores da noção de “produtor de subsistência” em Moçambique e também pode basear-se nas opiniões de investigadores muito competentes:

A participação de pequenos produtores nos mercados agrícolas em Moçambique tem sido historicamente muito baixa. A maioria dos pequenos produtores rurais está orientada para a subsistência, dedica a maior parte do seu trabalho e dos seus bens a actividades agrícolas e mais de dois terços do seu rendimento familiar total assenta na produção agrícola. Os resultados dos inquéritos aos agregados familiares indicam que os 40% mais pobres dos pequenos agricultores vendem muito pouco da sua produção agrícola (Benfica & Mather, 2013).

Não se pode avaliar se os 40% que não vendem a produção agrícola são sempre as mesmas famílias, mas, seja como for, pelo menos 60% vendem a produção agrícola. Os dados que mostram pouco trabalho assalariado rural também não são completamente fiáveis, já que não dão adequadamente conta do trabalho sazonal e eventual (Oya, 2013). Fundamentalmente, é discutível a primeira afirmação de Benfica & Mather, de que a participação dos pequenos agricultores em mercados agrícolas tem sido historicamente muito baixa, como o demonstra a história agrária discutida mais adiante. A pobreza rural pode não ser um reflexo da falta de uma orientação para o mercado, mas sim o que Bernstein (2014) chama o “aperto reprodutivo” (*reproductive squeeze*), dependência dos mercados, mas posições fracas no interior destes.

Aqueles que, no Niassa, continuavam a trabalhar nas plantações, apesar das duras condições de trabalho, esperavam de facto retirar-se desse tipo de trabalho, mas não do mercado: estavam a poupar para comprar bicicletas para comprar madeira e vendê-la em Lichinga. Os cortadores de cana migrantes entrevistados em Xinavane (O’Laughlin & Ibraimo, 2013) não encaravam esse trabalho como o trabalho da sua vida: um

esperava ganhar o suficiente para investir em produção agrícola comercial; outro, para comprar um barco de pesca melhor; outro, para tirar a carta de condução e tornar-se motorista. Algumas das capinadoras localmente contratadas que entrevistámos trabalhavam para comprar roupa para si e para os filhos ou para comprar comida. Colmatavam a insuficiência das suas múltiplas fontes de subsistência com o trabalho, e quando o abandonavam não era por aversão ao trabalho. A confiança de que se deve trazer as pessoas para o mercado para promover o crescimento da produtividade em Moçambique parece, pois, estar aqui deslocada, uma vez que elas já estão no mercado.

O terceiro significado implícito da associação da produtividade à promoção de uma cultura do trabalho é os produtores rurais não terem iniciativa, terem, sim, uma cultura de dependência que os faz contar com os outros, o Estado ou um doador, em vez de usarem a sua própria iniciativa para desenvolverem a sua produção. Talvez o melhor exemplo desta posição seja o do ex-Presidente Guebuza, que tanto fez para introduzir o conceito de incentivo a uma cultura do trabalho no discurso político em Moçambique. No seu discurso de investidura, defendeu que este conceito devia estar no cerne da acção governamental de combate à pobreza. Fez uma associação entre cultura do trabalho e ambição individual e considerou que o papel do Governo era ajudar as pessoas a ajudarem-se a si próprias:

Queremos que cada um de nós celebre as pequenas vitórias que vai conquistando, no quotidiano, que lhe permitem identificar como o seu dia de hoje é melhor que o de ontem: seja porque teve melhores notas; seja porque concluiu uma pesquisa académica; seja porque melhorou o aproveitamento dos seus alunos ou estudantes; seja porque atendeu mais cidadãos na sua repartição ou unidade sanitária; seja porque aumentou a sua produção agrícola; seja porque conseguiu melhorar as condições de higiene da sua banca; seja porque adoptou novas tecnologias; seja porque melhorou a sua própria habitação; seja, enfim, porque identificou e explorou novas oportunidades (Guebuza, 2009: 8).³

Mesmo tão acérrimos defensores dos pequenos produtores comerciais como Smart & Hanlon (2014) acham que a dependência de doações prejudica a “acumulação a partir da base” em Moçambique, mas localizam as causas na história recente, não na cultura tradicional:

Duas décadas de ajuda, um mercado livre sem restrições e uma política de mecenato criaram um sentido distorcido de agricultura comercial e de contrato. Sementes, equipamentos e até mesmo “empréstimos” são vistos como

³ Ver também os documentos do terceiro PARP (2011-2014) e o discurso de E. Macuácuca, «A cultura do trabalho», Maputo, 19 de Outubro de 2010, distribuído como documento da Frelimo. Disponível em: <http://macua.blogs.com/files/cultura-de-trabalho-2010.pdf> (consultado a 25 de Janeiro de 2016).

sendo gratuitos, como presentes da Frelimo, do Governo ou dos doadores. Pode falar-se de reembolso, mas o único pagamento que normalmente é necessário é cantar “Viva a Frelimo” ou cantar louvores ao doador e dizer quanto o doador está a fazer para reduzir a “pobreza absoluta” e elevar o estatuto da mulher. Vem agravar isto a história dos “sete milhões”, o dinheiro fornecido para pequenos projectos económicos nas zonas rurais, que era para ser um empréstimo reembolsável, mas que toda a gente sabia que, na realidade, não tem de ser reembolsado (Smart & Hanlon, 2014: 54).

Estas críticas são pertinentes, mas reforçam a ideia enganosa de que se podem forjar profundas alterações na produtividade rural através da promoção de iniciativas individuais. A GAPI tenta há anos seguir esta via, facilitando o investimento de capital criativo de pequena escala, com muitos pequenos sucessos, mas sem melhorias dignas de nota da produtividade agrícola, o que não significa que atrair capital para investimento na agricultura de grande escala seja a melhor resposta.

Numa economia capitalista, não é de surpreender que o capital apresente a acumulação como resultado das suas competências empresariais e discuta o seu fracasso como reflexo de falta de cultura do trabalho nas classes trabalhadoras. Se abandonarmos uma perspectiva neoclássica de acumulação de capital e voltarmos à perspectiva marxista do significado de produtividade no capitalismo e das suas limitações (incluindo os problemas específicos da acumulação de capital na agricultura), temos uma base mais sólida para compreender a desigualdade no desenvolvimento da produtividade do trabalho em Moçambique. Também deveríamos ser mais claros sobre o que se deve exigir do uso pelo Estado dos seus recursos e do seu poder no que diz respeito à promoção da produtividade do trabalho na agricultura.

Os determinadores da produtividade do trabalho

A produtividade do trabalho individual é determinada, principalmente, pelo seu contexto social e não pelo esforço individual. As diferenças de produtividade do trabalho de indivíduo para indivíduo resultam de diversos factores: esforço, quanto tempo trabalham, conhecimentos, força e ferramentas que usam. Cada um é afectado pela interacção de processos sociais com características individuais. O esforço pode depender da disciplina externa, por exemplo, ou da responsabilidade que se sente para com a família. Trabalhar mais tempo pode significar fazer mais coisas, mas o cansaço pode pôr em causa a produtividade. Os conhecimentos podem depender da educação ou da experiência de trabalho. A força pode depender da dieta ou das condições de saúde subjacentes. Pode limpar-se mais terra num dia com uma charrua do que com uma enxada, se se tiver tracção animal, mas isso implica que se tenha recursos para

investir num arado, em animais de tracção ou num motor. Para o capital, o que conta como produtividade é quanto lucro se obtém no mercado em relação ao lucro de outros produtores concorrentes que oferecem os mesmos produtos. A força da concorrência obriga o capital a procurar reduzir constantemente os seus custos de produção ou a encontrar formas políticas de estabelecer monopólios.

Outra diferença entre o capitalismo e outros modos de produção é que o circuito de produção de mais-valia, e, portanto, o lucro, não depende da cobertura de todas as condições para a reprodução do seu próprio processo de trabalho, incluindo os custos de reprodução dos seus trabalhadores. As empresas capitalistas estão preocupadas com a saúde e a alimentação dos trabalhadores na medida em que estas afectam a sua produtividade imediata, mas não com o pagamento de salários que lhes garantam a saúde de base, ou a das suas famílias. O trabalho que realmente produz cuidado, muitas vezes com implicações de género, não é mensurável, porque o cuidado não é considerado mercadoria. Da mesma forma, as empresas capitalistas estão normalmente preocupadas com as suas necessidades imediatas de energia e de recursos, mas não com a sua sustentabilidade ambiental a longo prazo, que não se pode medir. Na produção rural, fundem-se muitas vezes os dois: a divisão do trabalho por géneros é, em si, considerada parte da “natureza” das mulheres. Não é que essas coisas não afectem os custos de produção e a sustentabilidade da produção capitalista, mas sim que, em prol da rentabilidade, o capital tenta externalizar o maior número possível de custos (Kapp, 1969).

Assim, por baixo das lutas de concorrência entre capitais no mercado, encontram-se dois conflitos sociais fundamentais que afectam a produtividade do trabalho na produção capitalista. Em primeiro lugar, a luta salarial. O capital tenta reduzir o custo da força de trabalho através da redução dos salários, obrigando os trabalhadores a trabalhar mais (intensificando o seu trabalho) ou mais tempo pelo mesmo salário (alargando o seu dia de trabalho). Os trabalhadores protestam, abrandando o ritmo ou interrompendo o trabalho, mas as empresas capitalistas mais fortes podem investir uma parte do seu excedente na mecanização (incluindo agora a informatização) de partes do processo de produção, causando o despedimento de muitos trabalhadores, mas ao mesmo tempo aumentando a produtividade dos trabalhadores restantes, fazendo assim baixar o custo relativo da força de trabalho. Ironicamente, então, a intensificação do esforço individual tem mais probabilidade de ser uma estratégia de rentabilidade para as empresas tecnologicamente atrasadas do que para as que são inovadoras tecnológicas.

Em segundo lugar, a fronteira entre os custos de produção absorvidos pelo capital e os custos públicos explicitamente pagos pelo Estado (através da tributação), por organizações privadas sem fins lucrativos ou pelas famílias (onde a divisão do trabalho por sexo muitas vezes privilegia os homens) é uma área de constante contestação política. Nestas lutas, não se pode contar nem com o capital nem com o trabalho para

representar os interesses da sociedade no seu todo, nem sequer os seus interesses de classe a longo prazo. Embora alguns tenham que ver com custos sociais e ecológicos que afectam a produtividade do trabalho a longo prazo, são investimentos infra-estruturais com impacto imediato na produtividade. Ambas as áreas são afectadas pela forma como o Estado intervém para tributar, regulamentar e gastar os seus recursos.

A premissa de que as pessoas não têm cultura do trabalho tem sido, na maior parte dos casos, aplicada a pessoas que vivem em zonas rurais, a maioria em Moçambique, têm acesso à terra e têm no exercício da agricultura uma das práticas mais importantes no seu pacote de actividades de subsistência, que podem incluir trabalho agrícola, pesca, fabricação de cerveja, pecuária, curas, fabricação de cerâmica e de cestos, construção, apanha de verduras silvestres e ervas, etc. A baixa produtividade da maioria dos produtores agrícolas de pequena escala em Moçambique é uma das principais provas da também baixa produtividade do trabalho, inferindo-se daí que a causa é a ausência de uma cultura do trabalho. São ignorados os determinadores estruturais da produtividade do trabalho. A produtividade agrícola enfrenta, na verdade, alguns obstáculos particulares. Os mesmos se aplicam aos produtores agrícolas de praticamente qualquer escala, e não se explicam nem pela ausência de cultura do trabalho nem por nenhuma característica inerente ao produtor de pequena escala.

A produtividade do trabalho na agricultura: o equívoco debate sobre escala

As discussões sobre a produtividade agrícola são dominadas pelo debate interminável e, em grande parte infrutífero, sobre a superioridade de propriedades agrícolas de grande escala relativamente às machambas familiares de pequena escala. Há, com efeito, algumas particularidades da agricultura que podem limitar as economias de escala, mas que criam, fundamentalmente, problemas de produtividade para os produtores de qualquer escala.

Em primeiro lugar, a terra é um meio de produção particularmente irregular. Os proprietários e utentes de terra e água têm muitas vezes relutância em entregar ao mercado os seus direitos de uso. Além disso, há diferenças na fertilidade e na adequação de diferentes tipos de terra a diferentes culturas, que não podem ser ultrapassadas simplesmente com a aplicação de fertilizantes. A água nem sempre está disponível onde e quando poderia ser mais produtiva, e os cursos de água nem sempre podem mudar-se para responder às exigências da produção agrícola. Um produtor agrícola que trabalhe numa terra cansada será, sempre, menos produtivo do que um produtor que ponha muito menos esforço numa terra fértil bem regada.

Em segundo lugar, a sazonalidade e o dia natural afectam o calendário das tarefas e, por conseguinte, a produtividade do trabalho agrícola nos campos, seja ele de grandes

empresas capitalistas seja de agricultores de pequena escala. As variações climáticas e o ciclo de crescimento das plantas dão à agricultura um ritmo sazonal, ao passo que o ciclo diário de noite e luz limita o tempo que se pode passar a trabalhar no campo. Embora os pequenos produtores usem os períodos obrigatórios de inactividade para outras coisas — descanso, divertimento, outros tipos de trabalho —, para os agricultores capitalistas, a sazonalidade e os dias de trabalho curtos significam que as máquinas não estão a trabalhar no pleno da sua capacidade e que o capital não está a circular. Os capitalistas não querem pagar salários a empregados que não trabalham. O professor Sidney Mintz (1978), num texto sobre a agricultura de plantação nas Caraíbas, sublinhou que o problema central da agricultura capitalista é ter mão-de-obra quando precisa dela e deixar de a ter quando não precisa.

Outro aspecto da sazonalidade e irregularidade climática é que a programação das tarefas afecta o rendimento das colheitas. Se chover constantemente logo após a conclusão da sementeira, os agricultores não têm de voltar a semear. Se se capinar mesmo no momento ideal, a produção por hectare será maior se isso for feito mais tarde. Para resolver este problema, os agricultores capitalistas contratam mão-de-obra temporária, o que implica que haja uma reserva de mão-de-obra à qual possam ir buscar esses trabalhadores sazonais. Caso contrário, podem ser forçados a contratar empregados numa altura em que o trabalho não é tão produtivo como poderia ser. O problema do trabalho temporário foi uma grande questão para as explorações agrícolas estatais em Moçambique no período socialista.

Além disso, a agricultura confronta-se com a variabilidade climática, particularmente na altura de queda da chuva, que afecta os rendimentos, independentemente do esforço que os trabalhadores agrícolas tenham posto nas suas tarefas. Como apontou Sen (1981) na sua análise da fome na Índia, os trabalhadores manuais temporários também tendem a não ter a alimentação assegurada pelos salários em caso de más colheitas, porque os seus serviços para capinar e fazer a colheita serão dispensados.

Os pequenos produtores agrícolas também enfrentam estes obstáculos da sazonalidade e a insegurança da variabilidade climática. Quando o trabalho aperta, podem chamar os filhos para ajudar, mas isso significa que irão menos à escola. Era habitual chamar um grupo de trabalho colectivo para ajudar com tarefas como capinagem ou colheita, mas havia normas de reciprocidade que limitavam as vezes que isso se podia fazer. Os agricultores com mais posses, que têm rendimentos de actividades não agrícolas ou melhores rendimentos da sua produção comercial, podem contratar trabalhadores temporários locais num esquema de “ganho-ganho”, pagando em dinheiro ou em espécie. Outros produtores podem concordar em fazer esse trabalho porque houve um problema de saúde na família ou porque não conseguem ganhar dinheiro suficiente para bens de consumo básicos, nem produzir alimentos suficientes nos seus próprios terrenos. As mulheres que são chefes de família têm

particular tendência para trabalhos ocasionais em agricultura, o que pode resultar numa espiral negativa, porque, se estiverem a trabalhar nos campos de outra pessoa na altura ideal, sacrificam a produtividade das suas machambas.

Há outra questão de produtividade específica dos trabalhadores manuais da agricultura capitalista. Na produção industrial mecanizada, o ritmo e a velocidade do trabalhador podem estar subordinados ao ritmo de uma máquina. Todos os trabalhadores têm de seguir o ritmo, mas, se os capatazes tentarem forçá-lo demasiado, os trabalhadores começarão a cometer erros ou terão acidentes, e as máquinas pararão. Há diferenças físicas de resistência e de força entre muitos trabalhadores, o que significa que alguns simplesmente trabalham mais depressa do que outros. Para lidar com esta variação em tarefas não mecanizadas, quem recruta trabalhadores manuais temporários, tanto os produtores agrícolas mais prósperos como as grandes empresas pagam por unidade (por exemplo, pesam o saco de algodão ou de chá que o trabalhador apanhou) ou à empreitada (por exemplo, uma determinada área para limpar, ou uns tantos sulcos para capinar, tantas fileiras de cana-de-açúcar para cortar). Quando terminam a tarefa, os trabalhadores podem ir-se embora. Ou seja, quem trabalha mais lentamente, nalguns casos as crianças, os idosos ou as mulheres acompanhadas de crianças pequenas, pode trabalhar mais horas, mas os governos geralmente regulam o número de horas laborais. Se os trabalhadores não terminarem a sua tarefa, podem, por vezes, fazê-lo no dia seguinte. Não é uma questão de escala: agricultores sob contrato ou agricultores comerciais especializados que contratam trabalho de “ganho-ganho” também usam este sistema de cálculo do pagamento.

Muitas vezes, há conflitos entre trabalhadores e capatazes sobre as dimensões da tarefa. É difícil regular salários mínimos neste sistema. Algumas das grandes plantações introduziram a conversão de “à tarefa” para “à peça” quando a tarefa não era concluída (Schaedel, 1984), no fim do período colonial. Actualmente, a regulamentação em Moçambique é que nenhum trabalhador contratado deve ser penalizado por não ter terminado uma tarefa, mas o regulamento pode ser contornado pela subcontratação de uma área a alguém que organize recrutamento e formas de pagamento sem inspecção estatal. Isto é feito com frequência em silvicultura (pesquisa IESE no Niassa 2015 e Pons-Vignon, 2006). No Niassa, alguns trabalhadores florestais preferiam o sistema usado pelos empreiteiros, porque as tarefas podiam ser prolongadas por mais de um dia. Assim, tinham mais controlo do ritmo de trabalho e traziam membros da família, incluindo crianças, para os ajudar a terminar a tarefa.

Por fim, muitos produtos agrícolas estão integrados no processamento agro-industrial. A produtividade depende, pois, da coordenação das diferentes etapas do processo e da eficiência das componentes industriais. Para dar o exemplo do açúcar, a produtividade dos cortadores de cana depende em parte da sua destreza e rapidez, mas também da ferramenta de corte que utilizam, da densidade de plantação, da qualidade do solo e

da altura em que se fez a irrigação, a velocidade com que a cana chega ao moinho, a coordenação da fila de espera na moagem e a qualidade das moageiras.

Assim, é digno de nota, na produção agrícola, a maneira como a produtividade do trabalho varia em função de diferentes escalas, técnicas e formas e relações de produção, consoante a cultura e o contexto.⁴ A produtividade do trabalho é o resultado de técnicas de gestão organizacional e padrões de investimento (também infra-estruturais) não mensuráveis pelo esforço individual dos trabalhadores.

Produtividade e dualismo no Moçambique colonial

A noção de que há um sector dominado por valores tradicionais e a que falta cultura do trabalho e um sector agrícola moderno, mais produtivo e norteado por normas de eficiência capitalista desenvolveu-se no período colonial, juntamente com as instituições políticas do dualismo que separavam a sociedade em súbditos e cidadãos (Mamdani, 1996). O mercado do trabalho e dos bens de consumo juntou cidadão-colonos e súbditos colonizados num sistema económico unificado que resolveu as questões específicas da produtividade agrícola de uma forma original: o uso sistemático do poder político para organizar o trabalho forçado e as culturas obrigatórias.

Para entender o apelo da proposição de que os moçambicanos das zonas rurais não têm cultura do trabalho, deve voltar-se aos estereótipos da história do trabalho forçado. Na história colonial, a ideia de que os moçambicanos eram avessos ao trabalho foi utilizada como justificação para a legislação que permitia o recurso ao trabalho forçado, tanto para garantir que os camponeses produziam certas culturas de rendimento, como o algodão, independentemente do preço por elas pago, como para recrutar trabalhadores com salários baixos para plantações, machambas de colonos, construção de estradas, serviços de saneamento urbano e estiva. Na sua visão do trabalho rural, as mentes coloniais moçambicanas consideravam que o trabalho manual pesado executado em condições extremas de sol e calor era adequado para os africanos, embora o considerassem perigoso para a sua saúde. Também construíram uma imagem do campesinato colonizado como produtores intemporalmente orientados para a subsistência que só faziam trabalho assalariado até verem satisfeitas as suas necessidades de subsistência; por conseguinte, pagar fosse o que fosse acima de um salário de subsistência era contraprodutivo e era necessária força para garantir o acesso à mão-de-obra necessária no momento certo.⁵ O salário de subsistência podia ser muito baixo (na verdade, o suficiente para pagar impostos e comprar alguns bens ambicionados), porque as famílias de camponeses podiam manter-se com a sua própria

4 Ver Smalley (2013) para uma boa análise das vantagens de plantações, esquemas de contratos e explorações agrícolas em África.

5 Não se tratava de uma inovação teórica exclusivamente portuguesa. O conceito de curva reversa da oferta de mão-de-obra estava muito difundido na economia do desenvolvimento. Para uma discussão crítica, ver Arrighi (1973).

produção nas reservas. As mulheres faziam a maior parte do trabalho de cultivo, e a legislação controlava o movimento de entrada e de saída no emprego urbano e na agricultura comercial dos habitantes das zonas rurais.

Certamente que, em meados do século XIX, os meios de subsistência das populações rurais estavam muito menos integrados nos mercados do que hoje, mas a evidência histórica mostra que o trabalho forçado veio afectar a dinâmica dos mercados de trabalho e de bens comerciais. Há agora uma literatura histórica rica que mostra que o trabalho forçado foi usado para manter os salários e os preços dos produtos agrícolas baixos. Já não era uma maneira de trazer pessoas para o mercado, mas sim de diminuir os salários e os preços no produtor. Estas provas foram resumidas em O'Laughlin (2002), mas vale a pena apresentar aqui alguns exemplos. Harries demonstrou que os trabalhadores estavam a emigrar para trabalhar em minas e plantações da África do Sul quando da ocupação colonial efectiva do Sul de Moçambique. Foram estabelecidos oligopólios de recrutamento regulados pelo Estado para reduzir os salários nas plantações. Uma das tarefas do Grémio do Chá na Alta Zambézia, por exemplo, era disciplinar as plantações mais pequenas que tinham contratado os trabalhadores que fugiam das machambas maiores. A obra de Isaacman & Chilundo (1995) sobre a resistência à produção forçada de algodão em Nampula mostra como os camponeses encontravam formas de subverter os baixos preços pagos pelo seu algodão, recusando-se a separar diferentes qualidades de fibra ou misturando cascalho ou pedras nas balanças. Interessava-lhes que a sua zona fosse reclassificada como inadequada para a produção de algodão, o que lhes permitiria cultivar outros produtos. Houve repetidos exemplos de pequenos produtores comerciais moçambicanos que aproveitavam os mercados para desenvolver novas culturas, aplicar novas técnicas e explorar novos mercados. Allina-Pisano (2003) descreve camponeses de Manica que investiram em bois e ferramentas para produzir para os mercados regionais de géneros alimentícios nos primeiros anos do século XX, quando ainda estavam sob administração da Companhia de Moçambique. Essas experiências encaixam mal na imagem do camponês preguiçoso ou do produtor orientado para a subsistência.

Como se podem explicar, então, os hiatos de produção e de produtividade registados nas estatísticas coloniais entre o sector A, plantações e propriedades comerciais pertencentes a colonos, e o sector B, que até aos anos 1960 designava os regimes de trabalho e culturas forçados do *indigenato*? A primeira resposta é que o hiato não era tão grande como por vezes se postula. Quando Marc Wuyts sistematizou os dados do Inquérito Agrícola de 1970, descobriu que as contribuições de plantações, propriedades de colonos e camponeses para a produção comercializada eram aproximadamente iguais, cada um destes grupos produzindo cerca de um terço da produção comercializada, embora com especializações diferenciadas por região (ver

Wuyts, 1989: 27, Tabela 1.2). Os camponeses produziam importantes culturas de exportação, especialmente algodão e caju, e alimentos para o mercado local.

Ambos os sectores eram também diferenciados. Ao discutir experiências de agricultura de plantação e de larga escala em África, Gibbon (2011) põe em causa o “mito da estagnação retrógrada e da baixa produtividade na produção em larga escala”. Usando como exemplo a produção de açúcar em Moçambique e baseando-se no trabalho de Vail & White (1980) sobre as plantações da Zambézia, observa que houve grandes alterações nos anos 1950 e 1960 com a introdução de adubos sintéticos, escavação mecânica de valas, sistemas de irrigação e plantio mecânico de cana-de-açúcar em partes das propriedades. As inovações técnicas foram, porém, muito irregulares, sendo a mão-de-obra utilizada para muitas tarefas de cultivo e colheita.

Schaedel (1984: 253 e seguintes) sublinha que a agricultura capitalista em Moçambique era muito heterogénea em 1961; esta irregularidade aumentou com a chegada de novos colonos durante a fase final do domínio colonial. Além das plantações que se iam lentamente modernizando, havia uma série de novas empresas técnica e organizacionalmente semelhantes às plantações tradicionais, um sector de complexos agro-industriais modernos e um grande número de propriedades de colonos relativamente modernas, com proprietários e gestão independentes, que produziam principalmente para o mercado interno. Este último grupo era também altamente diversificado, em termos de escala e de técnicas de produção, formas de gestão e organização da mão-de-obra. Esta nova heterogeneidade incluía tanto colonatos para camponeses portugueses pobres como plantações de algodão de empresas que usavam pulverização aérea. Houve um aumento considerável do cultivo de algodão pelos colonos de Nampula na década de 1970, mas é difícil avaliar a sua produtividade. Numa pesquisa para o Centro de Estudos Africanos (CEA) em Nampula, foi-nos dito que os novos colonos compravam semente de algodão aos pequenos produtores locais a um preço mais elevado do que pagava o comprador autorizado.

Como mostra a Tabela 1, relativa a 1970, esta diferenciação nas propriedades agrícolas capitalistas pode observar-se na distribuição de propriedades fundiárias registadas nas estatísticas coloniais.

Trinta e sete por cento de todas as empresas capitalistas tinham, portanto, entre 20 e 50 hectares, mas essas propriedades detinham apenas 3% das terras do sector capitalista. Sessenta e um por cento das terras estavam ocupadas por unidades de 2.500 ou mais hectares, embora estes constituíssem apenas 5% de todas as unidades agrícolas. Muitos agricultores usavam tractores para trabalhar a terra, mas apenas 42% os possuía de facto, e a maioria dependia do trabalho manual em fases posteriores do processo de produção. No total, o sector capitalista tinha apenas 107 ceifeiras mecânicas, ou ceifeiras-debulhadoras, nove máquinas de cortar cana-de-açúcar, 213 distribuidores de adubo e 257 debulhadoras. A peça de equipamento agrícola mais

comum eram os 5.374 pulverizadores de insecticida, pertencentes a 51% do total de unidades agrícolas. A agricultura dos colonos estava desigualmente distribuída em termos regionais, concentrada em Maputo, Gaza, Manica e Sofala (Schaedel, 1984: 95), o que reflectia a existência de mercados urbanos e de exportação em Maputo e na Beira.

Tabela 1: Distribuição das propriedades fundiárias no Sector A, 1970

Tamanho da propriedade (ha)	Número de unidades	Percentagem de unidades	Superfície total	% da área possuída
0,5-5	141	3	432,2	0
5-20	291	6	3074,1	0
20-50	1733	37	61 321	2
50-100	290	6	18 961,9	1
100-200	609	13	71 727,3	3
200-500	788	17	25 890,1	9
500-1000	285	6	189 538	8
1 000-2 500	270	6	402 840	16
2 500+	219	5	113 769,2	61

Fonte: *Inquérito Agrícola, 1970*

Gibbon (2011) pode, pois, ter razão ao apontar as melhorias de produtividade do trabalho nas plantações de açúcar no final do período colonial, mas essas mudanças foram muito desiguais e não vieram alterar a base política da rentabilidade na agricultura capitalista no seu todo. Muitas machambas continuaram a depender do trabalho forçado, especialmente para tarefas sazonais. Todas as formas de pagamento utilizadas eram em função não do dia do trabalho propriamente dito, mas sim da quantidade total produzida ou da tarefa cumprida no campo. As empresas de algodão, com garantias estatais de rentabilidade e monopólio nas respectivas áreas de compra demoraram a modernizar-se. Uma vez bem estabelecida a sua indústria têxtil, Portugal começou a ir buscar o seu algodão fora das suas colónias a preços mais baixos e com melhor qualidade. A rentabilidade das novas plantações de algodão dos colonos vinha do esquema preferencial de comercialização, que lhes permitia vender o seu algodão a preço especial depois do descarçamento, não de maior produtividade do trabalho.

A diferenciação era menos pronunciada entre os produtores classificados como Sector B. Embora houvesse machambeiros espalhados por todas as províncias, os principais centros eram Maputo, Gaza e Manica/Sofala, Inhambane e Tete (principalmente Angónia). Em parte, esses pequenos produtores comerciais foram fomentados pelo interesse, no fim do período colonial, em promover cooperativas de comercialização (Adam, 1987), pela abertura de sistemas de irrigação para pequenos

produtores (Hermele, 1986) e por planos de crédito para produção comercial de cereais por pequenos produtores promovidos pelo Instituto de Cereais (Mackintosh, 1987). Também surgiram a partir do investimento e dos conhecimentos adquiridos por migrantes que regressavam de plantações e minas ao redor da região. O que entravou a sua produção comercial foram as vantagens concorrenciais das plantações e machambas de colonos, resultantes de políticas coloniais de distribuição de terras ao longo das principais estradas e cursos de água comerciais, a organização de extensão agrícola, a fixação de preços oligopolistas, esquemas dirigidos de crédito subsidiado e recrutamento administrativo de trabalhadores com salários baixos.

Os custos da produção agrícola internalizados pelas empresas também eram definidos de forma muito restritiva. A versão colonial da naturalização do trabalho das mulheres era restringir a maior parte do recrutamento de mão-de-obra migrante aos homens e definir áreas alvo inferiores para as mulheres nas culturas obrigatórias (tanto algodão como arroz). O trabalho de Head (1980) sobre a Sena Sugar Estates descreve os problemas de saúde — malária, parasitas, desidratação, exaustão — que caracterizavam o trabalho nas plantações. O tratamento médico e a experimentação de novos regimes de rações destinavam-se a assegurar que os trabalhadores se mantinham suficientemente saudáveis para trabalhar, mas não se alargavam à sua saúde ou à das suas famílias. Não havia contribuição para um sistema abrangente de segurança social nem saúde pública geral, nem educação além do ensino primário rudimentar nas zonas rurais, direitos que eram garantidos apenas a “cidadãos” na legislação colonial.

A cultura do trabalho que prevalecia na agricultura comercial colonial era, pois, uma cultura que não dava emprego regular fixo, horário de trabalho fixo, salário regular nem regalias sociais aos trabalhadores rurais. No entanto, dava todas as indicações de que os colonos agricultores comerciais deviam esperar benefícios fiscais, uma regulamentação laboral fraca e acesso à melhor terra comercial, garantias de crédito e acesso a tractores. Em suma: o que criou a cultura do trabalho não foi a iniciativa, a disciplina e o trabalho esforçado de cada um, se bem que muitos possam ter tido estas características, mas as condições estruturais, em particular as condições políticas, que levaram as empresas e os mercados a funcionar da maneira como funcionavam nas zonas rurais.

A produtividade da mão-de-obra na agricultura no período socialista

Na altura da independência, a Frelimo confrontou directamente um aspecto da economia colonial — a definição dualista e discriminatória dos custos sociais da produção. Tanto a educação como a saúde foram nacionalizadas e melhorou-se o acesso a estes serviços nas zonas rurais, pelo menos até à guerra prolongada da

década de 1980. Houve pouca preocupação em regulamentar os danos ambientais provocados pela produção em larga escala, embora tenha havido alguns esforços para seguir os regulamentos coloniais que limitavam as queimadas por parte de pequenos produtores e que regulamentavam a caça e a manutenção de áreas de reflorestamento — esforços esses que diminuíram durante a guerra.

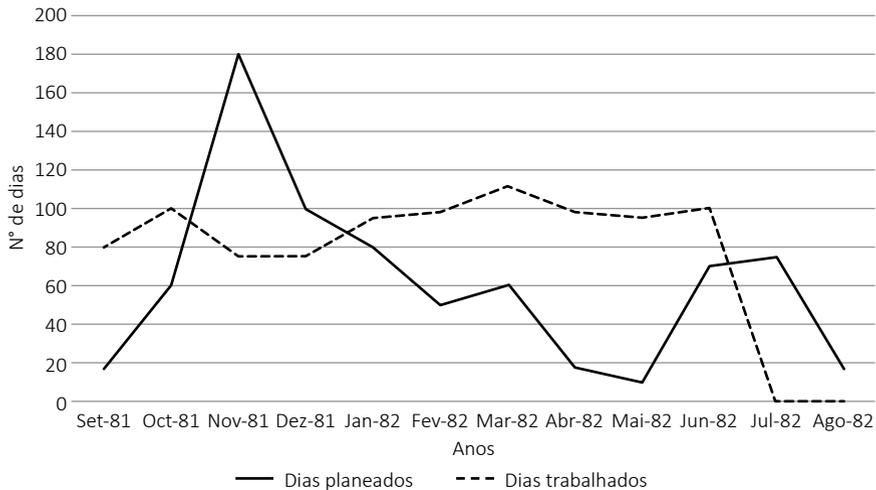
As limitações de uma análise dualista da economia colonial foram discutidas muitas vezes (O’Laughlin, 1981), mas há um aspecto que é de particular relevância para este ensaio. Como nas estatísticas do fim do período colonial, a produção agrícola em larga escala era considerada tecnologicamente moderna e mais produtiva que a produção familiar de pequena escala, que era considerada homogeneamente tradicional na tecnologia e orientada para a subsistência. A Frelimo nacionalizou as explorações agrícolas de grande escala, partindo do princípio de que, uma vez reorganizada em moldes socialistas, poderiam ser um modelo para a transformação da produção dos camponeses. Este ponto de vista foi apoiado politicamente pela prioridade dada à colectivização na União Soviética, em Cuba, na China, no Vietname e nos regimes pós-II Guerra Mundial nos países da Europa do Leste. As plantações e as grandes machambas dos colonos tornaram-se machambas estatais e as machambas mais pequenas foram convertidas em cooperativas, cujos membros conservavam as suas próprias machambas dispersas noutros lugares. O investimento e a produção de excedentes agrícolas deviam estar concentrados nas machambas estatais e, em segundo lugar, nas cooperativas.

A estratégia também incluía a externalização contínua dos custos sociais da produção nas áreas rurais. Como o campesinato tinha acesso à terra e se dava por adquirida a disponibilidade do trabalho, de cuidados e de produção de alimentos das mulheres, esperava-se que o campesinato pudesse assegurar a sua subsistência fora do mercado. Os institutos de produtos agrícolas coloniais foram integrados em ministérios. Pensava-se que o superior conhecimento técnico das machambas estatais lhes permitiria assumir um papel de extensão centrado em cooperativas e não em produtores individuais. A transformação essencial era considerada cultural, a construção do “homem novo”. Havia, portanto, uma grande dependência de experiências-piloto ou modelares subsidiadas para a organização de cooperativas e da primeira vaga de aldeias comunais. Esperava-se que estas convencessem os camponeses da superioridade da vida e da produção colectivas; os aumentos de produtividade financiarão os custos de mais transformação. Acontece que os desejados progressos e a superioridade da produção e de vida colectivas não vieram a verificar-se.

Sem uma verdadeira crítica dos pressupostos subjacentes à abordagem colonial da agricultura comercial nem uma estratégia para a transformação estrutural, a produção agrícola debateu-se com uma persistente e devastadora crise de produtividade. A resolução da questão da sazonalidade nas machambas estatais continuou, no

período socialista, a depender da contratação de mão-de-obra temporária, muitas vezes migrante. O Gráfico 1, adaptado do relatório do CEA (1983) sobre o Caia (Angónia), mostra quantos trabalhadores eram necessários e quantos realmente foram contratados nos diversos meses do ano agrícola. Em Novembro foram empregados muito menos trabalhadores do que o necessário e muito mais do que o previsto em Abril e Maio. Assim, as tarefas não foram concluídas no momento ideal, o que reduziu a produtividade do trabalho, apesar da mecanização de algumas partes do processo de produção. Também resultou numa maior despesa com salários do que o planeado. A crise da produtividade do trabalho reflectia as técnicas de gestão e as formas de resistência dos trabalhadores, típicas de sistemas de trabalho eventual.⁶

Gráfico 1: Dias planeados e trabalhados, CAIA, 1981-1982 (000 Dias)



Fonte: CEA (1983), pesquisa de campo, Julho de 1982

Tão desastrosas como as políticas laborais assentes na noção do camponês subempregado, eram as políticas de comercialização assentes na ideia de que os camponeses não estavam a comercializar a produção, porque eram produtores de subsistência. Como já referido, cerca de um terço dos produtos comercializados em 1970 era produzido por camponeses; no caso das culturas alimentares, algodão e caju, as percentagens eram maiores. A crise de produção nas machambas estatais e cooperativas produtoras de alimentos fez com que a comercialização dos camponeses se tornasse ainda mais importante em canais do mercado formal. Os números registados pela Agricom em 1987-88, quando os zimbabueanos patrulhavam o corredor da Beira, mostram a percentagem que comprava em Manica às diversas propriedades,

⁶ Para uma análise mais completa dos problemas laborais em machambas estatais, ver O'Laughlin (2015).

mesmo em plena guerra. É claro que nem toda a produção das machambas estatais passava pela Agricom; as machambas estatais e as plantações faziam trocas entre si, e o Exército fazia requisições directas.

Tabela 2: Milho comercializado registado pela Agricom em Manica, 1987-30/09/881930

Sector	Toneladas	%
Estatal	1.445	15%
Cooperativo	88	1%
Privado	2.126	23%
Familiar	5.683	61%

Fonte: CEA (1988). *A CUSO/SUCO em Manica, Anexo 2.*

O facto de os pequenos agricultores e os lendários pequenos produtores privados empresariais de Manica estarem ainda a produzir excedentes comercializados é particularmente digno de nota, já que, nessa altura, lhes era muito difícil comprar insumos. Os ferreiros locais usavam sucata para reparar pás de charrua, mas vimos muitas charruas penduradas em traves de tecto, que não se podiam utilizar, por falta de uma mola que os ferreiros não conseguiam fazer e que já não se encontrava nem nos mercados locais nem na Beira.

Em muitas outras áreas privilegiadas de comercialização dos pequenos proprietários, particularmente Nampula, o cultivo do algodão decaiu e os cajuais deixaram de ser podados, colhidos e replantados. Em 1986, quando a Renamo ampliou as suas operações em Nampula, o governo provincial fez uma tentativa desastrosa, corajosamente documentada por Salomão Moyana em *Tempo*, para reinstaurar as concentrações algodoeiras do período colonial ao longo das estradas. O governador apelou às pessoas para que acordassem aos primeiros alvares do dia para ir para a machamba e continuarem a trabalhar até à noite.⁷ Sugeriu a introdução do sistema de caderneta da época do trabalho forçado. Essas mudanças não chegaram a dar-se, mas essa regressão à visão colonial de um campesinato preguiçoso assinalou uma mudança mais generalizada no sentido do “Estado contra o campesinato” (Bowen, 2000) dentro de certas partes da Frelimo.

Como a escassez de produtos alimentares se agravou e se desenvolveram mercados paralelos na década de 1980, o Estado introduziu o sistema de “vinculação”. Os bens de consumo só podiam ser vendidos em troca de quantidades equivalentes de produtos agrícolas, ambos avaliados a preços oficiais. Como boa parte deste comércio se fazia por intermédio de retalhistas privados, a ligação dava amplo espaço para especulação com os preços e acumulação privada. Os anos da guerra exacerbaram a crise do “aperto

⁷ Para uma boa análise descritiva de Nampula neste período, ver Dinerman (2001).

reprodutivo” (Bernstein, 2011) com que se defrontava a reprodução comercial dos pequenos produtores: dependentes da participação no mercado, através das vendas de produtos agrícolas ou do trabalho assalariado, ou de ambos, para a reprodução dos seus modos de vida, mas cada vez mais impedidos de aceder a esse mercado.

No que diz respeito ao terceiro elemento do mito do camponês preguiçoso, a cultura de dependência em relação à assistência do Estado, é certamente verdade que a cultura política da época pôs o Estado a dirigir as operações, regulou os mercados e deu incentivos às pessoas para as atrair para formas colectivas de produção e de vida. Nesse contexto, era razoável exigir que o Estado fornecesse o que prometia. O socialismo não conseguiu, porém, dar esses incentivos em grande escala nas zonas rurais nem defender o seu progresso na saúde e na educação rural durante o período de guerra. O mais importante é que a incapacidade da produção agrícola em larga escala de produzir os aumentos previstos na produtividade do trabalho foi atribuída, em parte, a faltas de assiduidade dos trabalhadores e à orientação tradicional dos camponeses.

Planificação para promover a produtividade do trabalho

Como é que esta análise do passado e as críticas habituais do dualismo se relacionam com o presente e, sobretudo, com o ponto fulcral deste volume, os desafios enfrentados pelo processo do PQG de 2015? Como Moguees *et al.* (2015) apontam, o PQG é uma espécie de planificação estratégica: estabelece prioridades e define os objectivos estratégicos centrais para os cinco anos seguintes, define áreas estratégicas e programas governamentais relevantes, muitas vezes exigindo acção complementar entre os diversos ministérios. A maior componente do orçamento agrícola é para o PQG: “combater a pobreza e promover a cultura do trabalho — crescimento económico” (*ibid.*: 21). Este tipo de planificação estratégica é ao mesmo tempo indicativo e normativo. Não pode planear-se directamente o que pode a produção privada fazer, seja ela de empresas de grande ou de pequena escala. Por isso se usam tanto palavras como “promover”. No máximo, o plano aconselha como podem ser usados os recursos do Governo — serviços de investimento e de apoio — e os seus poderes regulamentares para promover objectivos particulares.

Menos ainda pode o PQG planear directamente o esforço individual ou como os indivíduos gerem o trabalho alheio; nem sequer pode definir planos de produção como o Ministério da Agricultura tentou no período socialista. O PQG pode, contudo, planificar como o Governo utiliza os seus recursos e o seu poder regulamentar para afectar os determinadores estruturais da produtividade do trabalho: tais como a atribuição e os preços de concessões de terras estatais, regulamentação das condições do uso da água e de condições de emprego,

localização de investimentos em infra-estrutura, garantias de empréstimos, organização de extensão agrícola, tipos de investimento e localização das instituições de saúde e de ensino nas zonas rurais. A importância do PQG para promover o aumento da produtividade do trabalho na agricultura não é, pois, definir simplesmente as actividades do Ministério da Agricultura — isso é um problema de todos os ministérios.

Outro ponto que distingue a planificação indicativa para aumentar a produtividade do trabalho numa economia de mercado é que se confronta com diferenças, muitas vezes controversas e conflituosas, de interesses e de poder: entre as diferentes fracções do capital, entre trabalhadores e empresas, entre diferentes camadas do campesinato. Trata-se de conflitos sobre condições de trabalho e sobre a forma como os custos sociais de produção são definidos e pagos. Se os planificadores partirem do pressuposto que a produção agrícola se divide entre dois sectores, um de alta produtividade e um que não tem cultura do trabalho, isso encobrirá estes conflitos e privilegiará as reivindicações da agricultura em grande escala, o que, como vimos, tanto na época colonial como no período socialista, foi uma estratégia económica e politicamente fracassada em Moçambique.

Assim, o processo do PQG deve ser algo mais do que o documento final negociado, no que diz respeito à promoção da produtividade do trabalho. Esse processo deve abordar debates essenciais em torno da produtividade agrícola no Moçambique actual. As posições assumidas por organizações de empregadores como a CTA, as organizações sindicais — a OTM e os sindicatos agrícolas SINTIA e SINTAF — e a União Nacional de Camponeses (UNAC) não serão forçosamente as mesmas. Os exemplos que se seguem, extraídos de uma pesquisa recente, não são exaustivos; antes ilustram como subjazem abordagens diferentes da produtividade do trabalho agrícola às actuais controvérsias sobre como devem ser atribuídos os recursos estatais e como devem funcionar os processos de regulação.

Concessões de terra para esquema de desenvolvimento rural de grande escala

A política agrícola em Moçambique tem um longo historial de lançamento de projectos de grande escala, muitas vezes com investimento estrangeiro, com base na avaliação da arabilidade da terra sem ter em conta as pessoas que lá vivem nem a viabilidade comercial. Estes projectos têm normalmente incluída a reserva de grandes áreas com infra-estrutura estabelecida para produção em larga escala para exportação, relegando os pequenos produtores para áreas periféricas, um pouco segundo o modelo da “reserva indígena” colonial, ou para zonas de agricultura sob contrato. As plantações agro-florestais do Niassa são um exemplo recente, publicitado como “verde”, porque prometeram replantar florestas em áreas de solo exausto, o que foi, porém, posto

em causa quando passaram a ocupar precisamente as melhores áreas ao longo dos corredores de transporte, onde já estavam estabelecidos pequenos proprietários.

O exemplo mais amplamente discutido, porém, é o projecto tripartido Moçambique/Japão/Brasil, o ProSavana, que se pretende que integre grandes áreas das províncias de Nampula, Niassa e Zambézia, no Norte do País. A sua promessa não foi revitalizar solos esgotados, mas sim tornar mais produtivas terras não utilizadas ou subutilizadas. O plano é a produção mecanizada de soja em larga escala em grandes propriedades agrícolas, semelhante ao programa ProCerrado brasileiro, combinada com um sistema inovador de extensão baseado no modelo brasileiro da Embrapa de agricultura familiar para pequenos produtores. O cultivo de soja no Cerrado é conhecido por ter deslocado muitos produtores do sector familiar, oferecendo em troca apenas alguns empregos sazonais, eventuais e mal pagos (Wolford, 2015; Søndergaard, 2013). A área em que se centra o ProSavana é o corredor de Nacala, aproveitando assim a infra-estrutura de transporte existente, incluindo condições para exportação e a promessa de melhoramentos. É uma área onde já estão estabelecidos muitos pequenos proprietários e pequenos produtores comerciais, um facto certamente bem conhecido dos planificadores moçambicanos do projecto.

Zanella & Milhorange (2016) sugeriram que o que atrai o Governo de Moçambique na política agrária brasileira é a solução política dualista entre o grande capital agrário dominante e um sector de agricultura familiar politicamente importante, mas economicamente subordinado. Essa solução em Moçambique não se basearia, contudo, no que já existe: o grande capital agrário é, em grande parte, estrangeiro, e a presença política do movimento camponês é fragmentada. Trata-se antes de um retorno ao conhecido sonho dualista de criação de um sector agrícola comercial moderno, altamente produtivo, com mão-de-obra barata fornecida por um sector de subsistência que vai gradualmente desaparecendo. O que a história agrária recente de Nampula mostra, pelo contrário, é uma grande camada de pequenos produtores vítimas de uma crise reprodutiva, com muito pouca esperança de obter de qualquer produção de soja em larga escala ou dos modelos de extensão da Embrapa os postos de trabalho ou os rendimentos de vendas de que precisam para recuperação e expansão da produção comercial. Zanella & Milhorange (2016) observam que, até agora, a Embrapa tem-se preocupado, em grande medida, com a importação de maquinaria agrícola brasileira, concebida para a maior escala da agricultura familiar no Brasil e não para os pequenos produtores comerciais de Nampula. O crescimento do Porto de Nacala e o da indústria de mineração têm estimulado a procura local de produtos alimentares, mas o ProSavana projecta, por enquanto, o deslocamento dos pequenos produtores comerciais de produtos alimentares e o predomínio da produção agrícola para exportação.

Regulamentação laboral em empresas agrícolas

Uma segunda área política controversa é a regulamentação do trabalho em empresas agrícolas: concretamente, a definição dos salários mínimos na agricultura; a regulamentação de formas de pagamento; e a exigência legal de dar contratos de trabalho para desprecarizar o trabalho agrícola e a fiscalização da saúde e segurança no trabalho [ver O’Laughlin & Ibraimo, (2013) para uma discussão deste último aspecto].

Em mercados que funcionem perfeitamente, o salário deve ser igual à produtividade marginal do trabalho. Porém, isto raramente se verifica na produção agrícola, já que a produtividade do trabalho varia em função de muitos factores exteriores ao processo imediato de cultivo. A produção de chá em Moçambique faz-se, maioritariamente, em grandes propriedades com mão-de-obra contratada. Na pesquisa do IESE na Zambézia, os empregadores das explorações de chá referiram que a produtividade do trabalho nas plantações de chá do Malawi é maior do que em Moçambique, ao passo que os seus salários reais são mais baixos. Afirmaram que não podiam produzir chá de forma competitiva se fossem obrigados a pagar o salário mínimo nacional e a contribuir para a segurança social. Ao apresentar este argumento, ignoravam as outras diferenças entre as explorações de chá do Malawi e de Moçambique. A produção de chá no País foi interrompida na Alta Zambézia durante os anos de guerra. As plantas abandonadas cresceram até se tornarem árvores, os solos não foram adubados, as fábricas não foram modernizadas e Moçambique perdeu os seus canais regulares de comercialização. Embora a mão-de-obra constitua uma parte significativa dos custos de produção do chá, salários mais baixos não contrabalançarão estes outros entraves à produtividade do trabalho. O chá para o mercado internacional é classificado e avaliado em Nairobi, de modo que os custos de transporte são elevados. Além disso, disseram-nos, Guruè não tem altitude suficiente para a produção de chá de alta qualidade. Foram dadas concessões favoráveis de terras aos novos investidores, a quem também foram concedidos benefícios fiscais, precisamente porque a renovação da produção de chá exigiria grandes investimentos. Embora alguns novos proprietários estejam a plantar novas variedades e a investir nas suas fábricas, afirmam agora que precisam de regulamentação de salários mais baixos para financiar a inovação competitiva. É um retorno à lógica das plantações coloniais, em que o lucro dependia de salários baixos, em vez de investimentos que promovessem a produtividade do trabalho.

De modo geral, deve examinar-se os pressupostos subjacentes às diferenças de salário mínimo entre a indústria e a agricultura. É verdade que o acesso à terra significa que a produção familiar pode complementar o salário, mas requer intensificação do trabalho por outros membros da família — a terra não trabalha sozinha. As diferenças entre salários agrícolas e industriais são uma expressão do contrato social de género que externaliza parte dos custos de produção para as famílias rurais.

Apesar das suas potenciais vantagens, a legislação do salário mínimo é de difícil aplicação em trabalhos agrícolas porque a maioria dos trabalhadores manuais agrícolas é paga à tarefa ou à peça e não ao dia de salário. O sistema elimina as diferenças de produtividade entre os trabalhadores, diferenças essas que não derivam forçosamente de preguiça ou incompetência, mas, por vezes, apenas da capacidade física. Nalguns casos, em silvicultura, por exemplo, os trabalhadores levam dia e meio a completar uma tarefa. Este sistema lança os trabalhadores contra a sua própria saúde. Tentam trabalhar o mais depressa possível, sem parar para comer nem para beber, recusando-se a usar o equipamento de protecção que os retarda, começando a trabalhar cedo, antes de o sol aquecer, tentando terminar a meio do dia. Existe uma vasta literatura sobre desidratação, exaustão, dores nas costas, ferimentos acidentais e posteriores consequências para a saúde quando mais velhos (O’Laughlin, 2013). Este sistema de pagamento também tende a comprometer a qualidade e tem, por conseguinte, consequências para medidas de produtividade baseadas na rentabilidade. Os apanhadores de chá que trabalham o mais depressa que conseguem apanham folhas de qualidade inferior, além das “duas folhas e o botão”. Os plantadores de árvores podem não parar para substituir uma muda com um sistema radicular danificado. Os cortadores de cana-de-açúcar podem cortar tão rente ao chão que impedem a planta de voltar a crescer ou manejar a catana tão descontroladamente que se cortem ou cortem os colegas de trabalho. Os sistemas de cultivo assentes na intensificação do trabalho, levando os empregados a trabalhar mais e mais depressa, são conhecidos pelo seu desequilíbrio tecnológico, não pela alta produtividade do trabalho.

A eliminação ou redução do trabalho eventual na agricultura é outra área controversa da regulamentação laboral. Na nossa pesquisa para o IESE, os sindicatos agrícolas com os quais trabalhámos estavam preocupados com a precariedade, bem como com a perda de postos de trabalho em empresas agro-industriais. A legislação estipula agora que, após três contratos temporários consecutivos, os trabalhadores têm direito a contratos permanentes. O problema para a agricultura capitalista é conciliar isto com a variação sazonal da sua necessidade de trabalhadores. As empresas têm resolvido essa questão de diversas maneiras: desafiando a lei e recusando-se a dar contratos permanentes aos trabalhadores do campo; deixando períodos breves entre os contratos, de modo a que o trabalhador não tenha três contratos seguidos; subcontratando o recrutamento de mão-de-obra a pequenos empreiteiros, que evitam aplicar qualquer legislação laboral proteccionista; e dando aos trabalhadores contratos permanentes sem garantia de emprego fixo, uma espécie de contrato de zero horas, ou reserva interna.

Esta última solução, que formalmente respeita a lei, embora não o seu espírito, dá aos trabalhadores apenas a garantia de serem preferidos a outros trabalhadores quando houver algo para fazer, ao passo que a empresa usufrui da vantagem fundamental de

manter disponível um conjunto de trabalhadores com competências básicas e bom conhecimento de formas de gestão da empresa. As empresas agro-florestais que utilizam este sistema costumam contratar trabalhadores ao mês, dispensando-os durante um período fixo por ano, quando não é possível plantar. As plantações de açúcar faziam a mesma coisa com os cortadores de cana migrantes. Outros trabalhadores manuais eventuais, contratados localmente nas plantações de açúcar (muitos deles mulheres), tinham de se apresentar ao trabalho de manhã cedo e depois esperar para ver se eram contratados. Era usado um sistema semelhante por produtores comerciais de arroz no Chókwè, que iam de camião buscar mulheres a locais de recrutamento e as levavam para machambas onde se decidia depois quantas podiam ser necessárias. Esta prática de “contrato de zero horas” transfere dos empregadores para os trabalhadores todas as consequências em termos de custo da gestão irregular do trabalho: levantam-se antes do nascer do dia, vão até ao local de recrutamento e voltam ao fim do dia, às vezes sem terem recebido qualquer remuneração. A legislação laboral não pode apagar a sazonalidade da procura de mão-de-obra, mas a inspecção do trabalho deve conseguir garantir que um dia passado à espera seja um custo para o empregador e não para o trabalhador, e deve encontrar formas de combater a violação da regulamentação laboral através da subcontratação. No actual estado de coisas, a ficção do contrato permanente permite que as empresas mantenham os padrões sazonais de emprego e minimizem os custos da segurança social para trabalhadores formalmente contratados. Também permite que a segurança social cobre contribuições de trabalhadores que só esporadicamente trabalham por mês o número de dias suficiente para ter direito a regalias.

A concepção e a gestão da extensão rural agrícola

Os institutos dos produtos agrícolas do período colonial centravam-se nas necessidades do capital português: os produtores de grande escala e os processadores agro-industriais que usufruíam de direitos monopsonistas de compra.⁸ Outras abordagens da extensão agrícola desde a independência têm sido irregulares e intermitentes. Embora haja desde o fim da guerra um amplo consenso sobre a necessidade de sistemas de extensão, a ausência continuada de um sistema nacional reflecte as reais prioridades da política agrícola. Os esforços de extensão dependiam muitas vezes de financiamento de projectos e reflectiam, portanto, os volúveis pressupostos e prioridades dos doadores; a extensão baseada em projectos foi transitória na sua presença e impacto. Será importante ver como a Embrapa recebe a World Vision na organização da extensão na Alta Zambézia. Investigadores associados ao IESE têm feito trabalho sobre agricultura sob contrato, mas não sobre a extensão propriamente dita. Há, contudo, um ponto

⁸ Houve um sistema de informação agrícola centrado na FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) que incluía pequenos produtores.

importante sobre a relação entre a produtividade do trabalho e a extensão rural que surge em muita pesquisa sobre as relações de género nas áreas rurais (Waterhouse & Vijfhuizen, 2001). Ao promover o aumento da produtividade do trabalho, é importante não se centrar em produtos agrícolas comerciais sem ver como estes se relacionam com o limite instável entre produção comercializada e não comercializada. Nunca estão separadas na vida de quem faz trabalho agrícola: mulheres, homens e crianças.

Pode ser útil ter, como sugerem Benfica *et al.* (2014), sistemas de informação nacional sobre preços dos produtos agrícolas, mas é ainda mais importante ter pessoal permanente para sistemas locais realistas de informação e resposta sobre doenças das culturas e tratamentos disponíveis, sobre os êxitos e dificuldades de novas variedades, técnicas de conservação, etc., para as culturas alimentares locais, bem como os principais produtos alimentares. Actualmente, é difícil distinguir inovações de culturas relativamente pouco importantes, caras ou fracassadas, como a introdução da batata-doce de polpa alaranjada (De Brauw *et al.*, 2015),⁹ das que promovem a produtividade do trabalho a longo prazo através de substancial diversidade nutricional.

Regulamentação da disponibilidade de água e da produtividade do trabalho a longo prazo na agricultura

Uma última área de conflito que se observa claramente na pesquisa do IESE tem sido a regulamentação da relação entre os progressos a curto prazo da produtividade do trabalho através da irrigação na agricultura em larga escala e os custos de produção externalizados que comprometem a produtividade da mão-de-obra a longo prazo. O exemplo mais óbvio é talvez o da expansão da produção de cana-de-açúcar em planícies aluviais ao longo do rio Incomati. Olhando para a bacia do Incomati como um todo, ou seja, incluindo a Suazilândia e a África do Sul, bem como Moçambique, Carmo Vaz & Van der Zaag (2003) observaram que, mesmo antes da expansão em Magude e Moamba, cerca de 67% de toda a água usada para irrigação na bacia era para a produção de cana-de-açúcar. Tanto estes autores como Lorentzen (2009) observaram que a expansão contínua de açúcar e de outras culturas irrigadas em todo o vale do Incomati pode comprometer a existência de água a longo prazo para consumo agrícola, industrial e privado nos três países. Ogtrop *et al.* (2005) também observaram que o cultivo das planícies aluviais de Magude destrói os anteriores sistemas naturais de controlo de inundações, comprometendo os meios de subsistência e a produtividade desses pequenos produtores, sem a protecção de diques.

⁹ Um sistema de extensão estabelecido teria identificado quais as limitações da batata-doce de polpa alaranjada como contribuição para a saúde nutricional em Moçambique muito antes de ter sido gasto tanto tempo e tanto dinheiro em ensaios. A diversidade nutricional nos alimentos básicos faz da batata-doce uma importante cultura secundária na maior parte das zonas rurais de Moçambique.

Conclusão

Este artigo procurou mostrar que a promoção de uma cultura do trabalho não é um bom guia estratégico para o que o Estado pode fazer para promover a produtividade da mão-de-obra rural. Há duas razões para tal. Em primeiro lugar, toda a gente tem uma cultura do trabalho, mas esta é um reflexo da experiência que é construída socialmente, também por posições de classe. A ideia de que a produtividade dos trabalhadores rurais e dos camponeses está a ser travada pela falta de esforço disciplinado, a orientação para a subsistência e a dependência dos outros é uma perspectiva de gestor de empresa. Os trabalhadores com quem falámos nunca usavam a expressão “cultura do trabalho” e tinham antes outras mais complexas, explicações para exemplos dados pelos gestores para mostrar a ausência de uma cultura do trabalho.

A segunda razão é que, seja qual for a qualidade do esforço, empreendedorismo e desejo de bens de consumos de cada um, os grandes progressos na produtividade resultam de mudanças estruturais complexas, em que as acções de pequenos produtores, trabalhadores, gestores e funcionários públicos, profissionais de saúde, professores e investigadores académicos podem ter, todas elas, um papel a desempenhar. O PQG não pode planificar o que os indivíduos pensam sobre o trabalho, mas pode coordenar a maneira como são utilizados os recursos estatais e como é direccionada a regulamentação estatal. Para tal, deve lidar directamente com os determinadores estruturais da produtividade, reconhecendo que interesses diferentes podem defini-los de formas diferentes e fazer *lobbying* a favor dos seus próprios projectos no conflito. A zona pouco clara da promoção da cultura do trabalho tem sido um desses casos. Outro é o pressuposto de que a produtividade da mão-de-obra é inerentemente maior em empresas agrícolas de grande escala do que noutras formas de produção.

Para o processo do PQG 2015, o desafio de promover a produtividade do trabalho na agricultura exige, pois, a clarificação das implicações para a acção do Estado de uma ampla gama de políticas, incluindo aquelas aqui discutidas: a regulamentação da concessão do direito de uso da terra, a regulamentação de salários e condições de trabalho nas empresas agrícolas, a concepção e gestão da extensão rural e a regulamentação da disponibilidade de água a longo prazo na agricultura. As formulações destas políticas devem ser suficientemente rigorosas para justificar as decisões, com base em processos de discussão e debate.

Referências

- Adam, Y. (1986). *Cooperativização Agrícola e Modificação das Relações de Produção no Período Colonial em Moçambique*. Tese de licenciatura. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Alatas, H. (1977). *The Myth of the Lazy Native: A Study of the Image of the Malays, Filipinos and Javanese from the 16th to the 20th Century and Its Function in the Ideology of Colonial Capitalism*. Psychology Press.

- Allina-Pisano, E. (2003). Borderlands, boundaries, and the contours of colonial rule: african labor in manica district, Mozambique, c. 1904-1908. *The International Journal of African Historical Studies*, 36(1), 59-82.
- Arrighi, G. (1973). Labour supplies in historical perspective: a study of the proletarianisation of the African peasantry in Rhodesia. In G. Arrighi & J. Saul (eds.). *Essays on the Political Economy of Africa*, 180-234. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Benfica, R. & Mather, D. (2013). Agricultural marketing and development in Mozambique: research findings and policy implications. *Flash*. Maputo: Ministério da Agricultura.
- Benfica, R., Boughton, D., Mouzinho, B. & Uaiene, R. (2014). Food crop marketing and agricultural productivity in a high price environment: evidence and implications for Mozambique. *Research Paper E*, 76.
- Bernstein, H. (2011). "Farewells to the peasantry?" and its relevance to recent South African debates. *Transformation: Critical Perspectives on Southern Africa*, 75(1), 44-52.
- Bernstein, H. (2014). Food sovereignty via the "peasant way": a sceptical view. *Journal of Peasant Studies*, 41(6), 1031-1063.
- Bowen, M. L. (2000). *The State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. Charlottesville e Londres: University of Virginia Press.
- Carmo Vaz, A. & Van der Zaag, P. (2003). Sharing the Incomati waters: cooperation and competition in the balance. UNESCO-IHP Technical Document/PCCP. Paris: UNESCO.
- Chichava, S. (2009). "Por que Moçambique é pobre?" Uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza. Artigo apresentado na II Conferência IESE, *Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique*. Maputo.
- De Brauw, A., Eozenou, P., Gilligan, D., Kumar, N. & Meenakshi, J. (2015). Biofortification, crop adoption and health information: impact pathways in Mozambique and Uganda. HarvestPlus Working Paper.
- Gibbon, P. (2011). Experiences of plantation and large-scale farming in 20th century Africa. DIIS Working Paper.
- Head, J. (1980). *State, Capital and Migrant Labour in Zambesia, Mozambique: A Study of the Labour Force of Sena Sugar Estates Limited*. Doctor of Philosophy. University of Durham.
- Hermele, K. (1986). Contemporary land struggles on the Limpopo: a case study of Chokwe, Mozambique, 1950-1985. University of Uppsala, Working Group for the Study of Development Strategies, Department of Development Studies, AKUT Series.
- Isaacman, A. & Chilundo, A. (1995). Peasants at work: forced cotton cultivation in Northern Mozambique 1938-1961. In A. Isaacman & R. Roberts, R. (eds.). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub Saharan Africa*, 147-179. Portsmouth: N. H., Heinemann
- Kapp, K. W. (1969). On the nature and significance of social costs. *Kyklos*, 22(2), 334-347.
- Lorentzen, J. (2009). Global sugar, regional water, and local people: EU sugar regime liberalisation, rural livelihoods, and the environment in the Incomati River Basin. *South African Journal of Science*, 105(1-2), 49-53.
- Mackintosh, M. (1987). Agricultural marketing and socialist accumulation: a case study of maize marketing in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 14(2), 243-267.
- Mamdani, M. (1996). *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Oxford: James Currey Publishers.
- Mintz, S. W. (1978). Was the plantation slave a proletarian? *Review (Fernand Braudel Center)*, 81-98.

- Mogues, T., Caceres, L., Fernandez, F. A. & Umarji, M. B. (2015). Reconstructing public expenditure data, use of classification systems to better measure public spending in agriculture – a Mozambique case study. *IFPRI Discussion Papers*. IFPRI.
- O’Laughlin, B. (2002). Proletarianisation, agency and changing rural livelihoods: forced labour and resistance in colonial Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 28(3), 511-530.
- Ogtrop, F. F., Hoekstra, A. Y. & Meulen, F. (2005). Flood management in the lower incomati river basin, Mozambique: two alternatives. *JAWRA Journal of the American Water Resources Association*, 41(3), 607-619.
- O’Laughlin, B. & Ibraimo, Y. (2013). The expansion of sugar production and the well-being of agricultural workers and rural communities in Xinavane and Magude. *Cadernos*. Maputo: IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos).
- O’Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, 9-32.
- O’Laughlin, B. (2000). Class and the customary: the ambiguous legacy of the Indigenato in Mozambique. *African Affairs*, 99(394), 5-42.
- O’Laughlin, B. (2013). Land, labour and the production of affliction in rural Southern Africa. *Journal of Agrarian Change*, 13(1), 175-196.
- O’Laughlin, B. (2015). The Politics of Production, Frelimo and Socialist Agrarian Strategy in Mozambique. In A. Shah & S. Feuchtwang (eds.). *Emancipatory Politics: A Critique*, 224-253. Disponível em: <http://openanthcoop.net/press/emancipatory-politics-a-critique/chapter-8/>, Open Anthropology Cooperative Press.
- Oya, C. (2013). Rural wage employment in Africa: methodological issues and emerging evidence. *Review of African Political Economy*, 40(136), 251-273.
- PEM Consult (2011). *Estudo sobre a Gestão dos Conflitos de Terra entre as Comunidades e Investidores nas Plantações Florestais da Província de Niassa*.
- Pons-Vignon, N. (2006). Forestry workers buckle under outsourcing pipedream. *South African Labour Bulletin*, 30(2), 27-30.
- Schaedel, M. (1984). *Eingenborenen-Arbeit: Formen der Ausbeutung unter der portugiesischen Kolonialherrschaft in Mozambique*. Colónia: Pahl-Rugenstein Verlag.
- Sen, A. (1981). *Poverty and Famines: an Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford: Oxford University Press.
- Søndergaard, N. (2013). The Brazilian soy boom, An analysis of the broader societal impacts of the Brazilian soy expansion from 2000-2012, MA (?), Lund University.
- Vail, L. & White, L. (1980). *Capitalism and Colonialism in Mozambique: A Study of Quelimane District*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Waterhouse, R. & Vijfhuizen, C. (eds.) (2001). *Strategic Women Gainful Men, Gender, Land and Natural Resources in Different Rural Contexts in Mozambique*. Maputo: Land Studies Unit, Faculty of Agronomy and Forestry Engineering.
- Wolford, W. (2015). From pangaea to partnership. *Sociology of Development*, 1(2), 210-232.
- Wuyts, M. E. (1989). *Money and Planning for socialist Transition: The Mozambican Experience*. Aldershot, Reino Unido: Gower.
- Zanella, M. A. & Milhorance, C. (2016). Cerrado meets savannah, family farmers meet peasants: The political economy of Brazil’s agricultural cooperation with Mozambique. *Food Policy*, 58, 70-81.